

Plano Trienal

Ação Educativa

2007 / 2009

2007

2009

 ação
educativa

Sumário

| | |
|--|-----------|
| <i>Análise de contexto e princípios norteadores</i> | 3 |
| Por um Brasil sem desigualdades. A conjuntura política e econômica. As demandas e a participação dos jovens nas políticas públicas. A produção das desigualdades no campo da educação. As políticas federais e os sistemas de ensino. Ação cultural na construção de novos mundos possíveis. | |
| <i>Perfil institucional e objetivos</i> | 10 |
| Missão. Estratégia institucional. Principais acúmulos. Objetivos para o período 2007-2009. Unidades programáticas e de gestão. Organograma. | |
| <i>Juventude</i> | 14 |
| Metas, indicadores e meios de verificação. Estratégias de intervenção. Públicos envolvidos. Linhas de ação. | |
| <i>Educação</i> | 19 |
| Metas, indicadores e meios de verificação. Estratégias de intervenção. Públicos envolvidos. Linhas de ação. | |
| <i>Espaço de Cultura e Mobilização Social</i> | 28 |
| Metas, indicadores e meios de verificação. Estratégias de intervenção. Públicos envolvidos. Linhas de ação. | |
| <i>Gestão e Desenvolvimento institucional</i> | 31 |
| Metas e atividades | |
| <i>Sustentabilidade</i> | 33 |
| Análise de risco. Estratégias de mobilização de recursos. Mecanismos de planejamento, monitoramento e avaliação. | |
| <i>Recursos humanos e materiais</i> | 35 |

Análise de contexto e princípios norteadores

Por um Brasil sem desigualdades

A ampliação dos direitos, verificada no campo formal desde a Constituição Federal de 1988, não resultou na superação das desigualdades que caracterizam o país. Permanece a contradição entre, de um lado, a existência de leis e iniciativas governamentais que, do ponto de vista formal, estabelecem a universalidade de acesso aos direitos econômicos, sociais e culturais e de outro, a escandalosa concentração de renda nas mãos da minoria da população, o que faz com que a maioria viva em condições que atentam contra a dignidade humana. Na prática, nenhum direito econômico, social ou cultural está universalizado.

A Ação Educativa se constituiu em 1994 animada pela missão de promover os direitos educativos e da juventude, dois campos estratégicos para a mudança social e superação das desigualdades. A renitência do abismo social e da exclusão, entretanto, sugere que a promoção da igualdade deve ser mais explicitamente assumida como vetor das políticas públicas, ONGs e movimentos sociais. Por esse motivo, nesse Plano Trienal, a Ação Educativa elegeu o combate às desigualdades como eixo articulador de suas ações, dando especial destaque às desigualdades de renda, raça e gênero, que deverão ser abordadas transversalmente por todos os projetos.

A conjuntura política e econômica

As condições de pobreza em que vive a maioria dos brasileiros não resulta da escassez de recursos. Somos considerados um país de renda média, com alguns indicadores econômicos muito próximos aos dos países desenvolvidos. O Brasil é, entretanto, campeão de concentração de renda e, lamentavelmente, aprendeu a conviver com naturalidade com as injustiças sociais. O maior desafio político e econômico para o país é o desenvolvimento com distribuição da riqueza, condição para a efetivação dos direitos humanos na sua integralidade.

A chegada à Presidência da República do líder metalúrgico Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores, animou expectativas de que o Brasil realizaria avanços importantes no sentido da superação da pobreza e da melhor distribuição da renda. Premido pela chamada governabilidade política, entretanto, o atual governo federal deu continuidade às políticas econômicas que protegem o capital financeiro, mantendo um ajuste fiscal rigoroso, com altas taxas de juros e controle inflacionário acima do necessário. Mantendo um elevado superávit primário, para tranquilidade das organizações financeiras nacionais e internacionais, o governo continua retirando do orçamento público boa parte dos recursos necessários à implementação de políticas que garantam os direitos da população. Apesar de manter programas de transferência de renda aos mais pobres, como o Bolsa Família, e ter tomado iniciativas que contribuíssem para dar visibilidade ao problema das desigualdades socioeconômicas e raciais, o atual governo não conseguiu implementar uma política de desenvolvimento que ampliasse o emprego e distribuisse a renda, fazendo frente aos interesses dominantes que privilegiam a remuneração do capital em detrimento do trabalho.

Ao privilegiar as políticas de natureza assistencial sem uma ação substantiva em políticas universais e estruturantes, capazes de impulsionar um novo ciclo de desenvolvimento sustentável – crescimento com distribuição de renda e justiça social – seus esforços acabaram sendo pequenos em relação às enormes esperanças depositadas em um governo de centro esquerda, que foi eleito para mudar.

As demandas e a participação dos jovens nas políticas públicas

Como já afirmávamos no trienal 2004-2006, nos últimos anos, o tema da juventude ganhou projeção e complexidade no espaço público brasileiro, uma vez que os jovens foram afetados de forma particularmente intensa pelas desigualdades econômico-sociais que caracterizam o país, enfrentando dificuldades das mais diversas ordens.

Se em 2003 já apontávamos o crescimento do número de programas, assessorias, coordenadorias e secretarias de juventude, neste último triênio registrou-se um salto de institucionalidade e visibilidade do tema com a criação da Secretaria Nacional de Juventude e do Conselho Nacional de Juventude – Conjuve, ambos frutos de recomendações produzidas em diferentes âmbitos: pela sociedade civil, pelo poder legislativo federal e pelo próprio executivo federal. A Secretaria vem trabalhando com vistas à articulação intra-governamental para a implantação de políticas que atendam as necessidades dos jovens em sua diversidade. O Conjuve, por sua vez, tem se mostrado um espaço de afirmação das políticas públicas de juventude como um campo que envolve jovens e adultos de diferentes segmentos.

No entanto, esses avanços não estão consolidados, pois, para muitos atores, não existe a questão juvenil e as políticas públicas de juventude carecem de legitimidade. E, além disso, está claro que a simples criação de institucionalidades não é garantia de políticas de efetivação de direitos.

De forma geral, as coordenadorias e assessorias de juventude mostram-se ainda bastante frágeis, com muito pouca legitimidade no interior dos governos; assim, elas pouquíssimo dialogam com os setores responsáveis pelas diversas políticas que atuam com jovens. Estabelecer um diálogo efetivo entre essas políticas setoriais, a partir da consideração da especificidade do segmento juvenil, parece ser tarefa de longo prazo.

Em 2003, acreditávamos que a elaboração, que então se iniciava, de um Plano Nacional de Juventude e de um Estatuto da Juventude deveria contribuir para a superação da dispersão das iniciativas e trazer à tona o debate sobre concepções de juventude e de participação juvenil. No entanto, até o momento o processo pouco avançou nesse sentido e a mais recente versão do Plano caracteriza-se mais como um extenso e ineficaz rol de demandas, muitas vezes contraditórias entre si.

O ambiente efervescente, no plano federal, de discussão de políticas públicas de juventude mobilizou muitos jovens pelo país afora, dando origem à organização de diversos fóruns e redes, tanto de caráter regional quanto nacional. No entanto, essa mobilização envolveu apenas parcela dos jovens que atuam nos grupos juvenis. Para a grande maioria dos jovens, o termo “políticas públicas de juventude” permanece uma abstração, sendo que o que os mobiliza são questões específicas, tais como as desigualdades raciais, o acesso à educação e ao mundo do trabalho.

De maneira geral, os esforços dos jovens desses coletivos centram-se mais na necessidade de manifestação dos incômodos e a geração de “produtos” com caráter de manifestação de suas idéias. Poucos são aqueles que transpõem a ação de levantamento de demandas, para a de formulação de propostas e disputa política pela concretização dessas propostas.

Assim, é o mundo adulto que vem jogando um papel central na definição das reais possibilidades de cidadania para os jovens. Entretanto, sem a consideração das demandas específicas, apresentadas de forma mais ou menos explícita pelos diferentes jovens, e sem um diálogo efetivo com aqueles coletivos juvenis que elaboram propostas e as disputam politicamente, não se avançará na efetivação dessa cidadania. Ao mesmo tempo em que se faz necessário fortalecer os espaços de diálogo intergeracional, envolvendo poder público e sociedade civil, faz-se necessário, também, fortalecer a capacidade de intervenção da sociedade civil – dos adultos e dos jovens –, nos diversos âmbitos da esfera política.

Além disso, para que as políticas públicas realmente impactem positivamente a vida dos jovens, não basta a criação dos organismos específicos, está colocado o desafio de se avançar na elaboração e efetivação de propostas para áreas específicas. E, seja no campo ou na cidade, é no tripé educação, trabalho e cultura que se encontram as principais demandas dos jovens; é na articulação dessas três áreas que se definem as condições de inserção social dos jovens. É na articulação dessas áreas que se encontram os maiores desafios.

A taxa de escolarização dos jovens no Brasil vem aumentando: em 1995, 11,7 milhões de brasileiros entre 15 e 24 anos estudavam e em 2001 chegavam a 16,2 milhões. Ainda em 2001, entretanto, era maior o número de jovens fora da escola, cerca de 18 milhões¹. Desses, a maioria, ou 57%, não tinha completo o ensino fundamental obrigatório. O afastamento do sistema escolar cresce com a faixa etária, sendo mais intenso entre os homens que entre as mulheres e mais forte entre os jovens negros. Segundo o Censo de 2000, na população de 15 a 17 anos, por exemplo, a média de anos de estudo é de 6,7 para mulheres contra 6,0 para os homens; 7,1 para os brancos contra 5,6 entre os não brancos².

A tendência de melhora nos índices de escolarização não se reflete na melhoria de condições de inserção profissional dos jovens; que são a faixa etária mais atingida pelo desemprego; sobretudo os moradores das regiões metropolitanas e as mulheres: em 2001, entre as jovens com 18 anos de idade, o desemprego estava em torno de 31%, contra 21,7% no caso dos rapazes. Nesse mesmo ano, 11,8% dos rapazes e 28,5% das moças não estudavam nem trabalhavam. E, quando trabalham, são os jovens que têm maior participação em todas as situações de precariedade: enquanto os trabalhadores sem carteira correspondiam, em 2000, a 21,6% da população com mais de 24 anos, entre os jovens esse índice alcançava 32,7%³.

Por outro lado, apesar de todas as dificuldades advindas do acesso extremamente desigual aos bens culturais e às novas tecnologias, o campo da cultura tem oferecido um campo fértil para a organização juvenil. Há uma diversidade de grupos e atores juvenis que buscam, de diferentes formas, expressar suas questões e encontrar espaço de reconhecimento. Através do rock, do samba, do rap, do grafite, da dança, do teatro, da capoeira, da poesia, dos fanzines, esses jovens falam de suas vidas, suas necessidades, seus desejos, suas revoltas.

¹ Sposito, Marília. Os jovens no Brasil. São Paulo: Ação Educativa, 2003.

² Idem.

³ Idem.

Na pesquisa *Perfil da Juventude Brasileira*⁴, entre os assuntos que mais interessam aos jovens, a cultura e o lazer aparecem em terceiro lugar, logo atrás da educação e do trabalho. Assim, a tríade de interesses dos jovens moradores nas áreas urbanas e rurais do país articula necessidades de formação, sobrevivência e produção de sentidos, através da fruição e produção cultural e de lazer.

Porém, da mesma forma que os jovens acabam por ver frustradas suas possibilidades de acesso a uma educação que responda aos seus anseios e desafios e de efetiva inserção no mundo do trabalho, as possibilidades reais de acesso, experimentação, consumo e criação nos mundos da cultura, do lazer e do tempo livre, são efetivadas para um número reduzido deles, em decorrência do acesso desigual a equipamentos culturais públicos e outros serviços que poderiam qualificar as práticas culturais e de lazer juvenil⁵.

Esses poucos dados dão uma apenas uma dimensão dos imensos desafios a serem superados para que, no Brasil, os e as jovens possam realizar plenamente sua inserção social e efetivar sua cidadania.

A produção das desigualdades no campo da educação

No Brasil, os direitos educacionais ainda não são garantidos para grandes parcelas da população. Apesar da crescente oferta de vagas no ensino fundamental, havia em 2003 739 mil crianças e adolescentes entre 7 a 14 anos fora da escola⁶. Na faixa etária entre 4 e 6 anos, no mesmo ano, 31,6% não freqüentavam o ensino pré-escolar⁷. De cada 100 alunos que ingressam no Ensino Fundamental, apenas 59 terminam a 8ª série⁸. Os milhões de adolescentes que abandonam a escola antes de completar o ensino fundamental somam-se aos 70,7 milhões de jovens e adultos que constituem a demanda potencial para programas de Educação de Jovens e Adultos, segundo o Censo de 2000. Entre eles, 16 milhões são analfabetos, o que faz com que o índice de analfabetismo no Brasil seja pior do que o de 70% dos países Latino-Americanos, inclusive alguns com renda per capita e IDH menores que os do Brasil, como Peru e Equador, por exemplo⁹.

Nesse cenário, evidenciam-se as desigualdades regionais, de classe social, gênero e pertencimento racial. As médias de anos de estudo são muito mais baixas na região Nordeste, na população negra e nos estratos sócio-econômicos baixos. A essas grandes clivagens somam-se mecanismos de exclusão de minorias, principalmente as pessoas com deficiência, para quem o atendimento público vem aumentando, mas ainda é precaríssimo. Não temos

⁴ ABRAMO, Helena Wendel e BRANCO, Pedro Paulo Martoni. Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional. Instituto Cidadania/Editora Fundação Perseu Abramo. 2005

⁵ Segundo IBGE (2001), apenas 12,6% dos domicílios particulares no Brasil têm computadores instalados e 8,6% tem acesso à internet. Em relação ao acesso dos jovens brasileiros aos projetos e atividades culturais oferecidos pelo poder público ou ONG's, os dados da pesquisa Perfil da Juventude Brasileira apontam que os jovens pobres (até dois salários mínimos), têm quase três vezes menos acesso aquelas atividades que os jovens que possuem renda familiar acima de dez salários mínimos (Abramo, 2005)

⁶ IBGE, PNAD 2003: Síntese dos Indicadores, 2003

⁷ Idem.

⁸ MEC/Inep/Seec. Informe Estatístico, 2002

⁹ HENRIQUES, Ricardo (2005). *Oficina I: Avaliação do Programa Brasil Alfabetizado*. Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade / MEC.

dados precisos sobre a demanda não atendida nessa área, a título de estimativa, entretanto, consideramos a indicação da Organização Mundial da Saúde, segundo a qual em média 10% da população têm algum tipo de necessidade especial. Para a população brasileira entre 5 e 19 anos, isso significaria 5 milhões de pessoas, mas, em 2005, as matrículas em educação especial era 640 mil¹⁰, em torno de 12% dessa estimativa.

Certas situações limite revelam de forma brutal as conseqüências da segregação econômica, social e racial existente no Brasil. O Ministério da Justiça estima que a população que cumpre pena recusa em presídios no Brasil chega a 300 mil, a maioria jovens, homens e negros, entre os quais aproximadamente 70% não têm o ensino fundamental e só 18% estudam¹¹. Altos índices de criminalidade e políticas de segurança anti-democráticas e francamente atentatórias aos direitos humanos vêm gerando crises dramáticas no sistema prisional e unidades de detenção de adolescentes infratores. Em unidades sempre superlotadas e incapazes de garantir condições mínimas de dignidade e segurança nem para os detentos nem para os funcionários, o crime organizado assume cada vez mais o controle.

Finalmente, cabe considerar a problemática das relações de gênero, que se manifesta no campo educacional de forma muito particular, evidenciando a complexidade das conexões entre educação e promoção da igualdade. Isso porque, desde a década de 1980, as mulheres ultrapassaram os homens quanto a média de anos de estudo da população brasileira¹². Essa vantagem educativa, entretanto, não se manifesta no campo do trabalho, onde as mulheres continuam em franca desvantagem tanto no que se refere ao emprego quanto à remuneração¹³. Pesquisas mostram também que, mesmo tendo mais escolaridade e motivação para o estudo, as mulheres trabalhadoras têm menos acesso a oportunidades de educação continuada promovidas pelas empresas¹⁴. Essa situação paradoxal pode ser tomada como evidência de que o simples aumento do nível de escolaridade não garante a promoção da igualdade. Não precisamos apenas de mais educação, mas de uma educação explicitamente orientada para a solidariedade, para o combate a todas as formas de preconceito, para a afirmação das identidades étnicas, culturais e de gênero.

As políticas federais e os sistemas de ensino

No plano das políticas federais no período mais recente (2003/2006), assistiu-se a movimentos contraditórios: programas pautados nos princípios de universalização do direito educacional e superação das desigualdades, mas estagnados ou desvirtuados pela falta de recursos, provocada em grande medida pela manutenção da lógica da política econômica de governos anteriores. Isto é o que temos assistido ao longo dos últimos anos na negociação relativa ao Fundeb (Fundo Nacional da Educação Básica), hoje em tramitação no Congresso Nacional e que chegou a ter uma versão excluindo as creches - primeira etapa da educação infantil - em função da proclamada restrição financeira.

¹⁰ INEP, Censo Escolar 2005.

¹¹ Ministério da Justiça/DEPEN. 2004

¹² Ribeiro, Vera. Commitments and challenges toward a literated Brasil. Unesco 2005.

¹³ Segundo o Censo de 2000, 70% das jovens ocupadas recebiam até 2 salários mínimos contra 61% dos homens, as desigualdades quanto ao acesso ao emprego já foram indicadas nas notas 2 e 3.

¹⁴ Ribeiro, Vera et al. Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional: Primeiros Resultados de 2003. São Paulo: Ação Educativa e Instituto Paulo Montenegro, 2003

Apesar do cenário de restrição econômica que inviabiliza a concretização das iniciativas governamentais, reconhece-se que nos últimos anos o governo federal adotou medidas no sentido de iniciar um longo caminho para a superação das históricas desigualdades étnico-raciais, sociais e territoriais que estruturam a sociedade brasileira e violam direitos, inclusive os educativos, de milhares de pessoas. Entre essas medidas está a promulgação da Lei Federal 10.69/2003, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica. Aliada à iniciativa de introduzir o sistema de cotas nas universidades brasileiras, a lei vai além do reconhecimento, por parte do Estado, das desigualdades étnico-raciais, propondo, pela primeira vez, ações afirmativas para sua superação. Nesse mesmo sentido, a criação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, favoreceu uma maior atenção a segmentos específicos, até então muito maltratados do ponto de vista das políticas públicas, como a educação de jovens e adultos em geral, e a educação penitenciária em particular.

Em relação à democratização da gestão – princípio afirmado na legislação educacional – verificam-se contradições na ação do governo federal. Por um lado houve ampliação dos espaços e oportunidades de participação. Por outro, não aconteceram avanços significativos na forma de atuação dos conselhos já existentes, persistindo os desafios da criação de mecanismos para que os mesmos funcionem de forma satisfatória e possam, finalmente, exercer suas atribuições sem a ingerência dos poderes executivos das esferas estaduais e municipais. A não revisão do papel e funcionamento do Conselho Nacional de Educação, bem como a não realização da Conferência Nacional de Educação, compromissos assumidos pelo atual governo, também reforça a constatação que a participação na elaboração e controle social sobre as políticas educacionais permaneceram como não prioridades para o governo nacional.

A ausência da sociedade civil na elaboração, implementação e gestão das políticas educacionais reflete-se na fragilidade dos debates sobre os temas educacionais expostos, sintomaticamente, na mídia. Os governos – nas três esferas – seguem pautando e, simultaneamente, sendo tomados como fontes quase que exclusivas na cobertura da educação. Dessa forma, os debates sobre temas educacionais ficam restritos aos posicionamentos oficiais e àqueles estabelecidos pelos interesses dos proprietários das empresas de comunicação. Tal organização dos discursos autorizados sobre educação não permite a pluralidade de posicionamentos, tampouco reflexões sobre temas que não estejam na pauta desses dois pólos.

Como muitos poderiam esperar de um governo de centro-esquerda, a educação não foi tratada como prioridade pelo governo federal. Provavelmente, isso se refletiu na instabilidade sofrida pela pasta, que em quatro anos teve a frente três ministros, certamente prejudicando a consolidação de equipes e linhas políticas. Apesar de diversas iniciativas pontuais, este governo não chegou a deixar uma marca clara em relação à sua orientação político-pedagógica. Sofreu-se de muitas indefinições, em especial quanto às políticas de formação de professores, avaliação e provimento de materiais didáticos.

Um estudo que Ação Educativa vem realizando sobre a implementação da lei que estabelece a obrigatoriedade do ensino História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica dá exemplo de como é difícil fazer essas políticas chegarem até as escolas, especialmente se elas não se articulam numa abordagem mais sistêmica dos problemas a serem enfrentados e sobre como eles se manifestam na escola. Nesse plano, é preciso considerar a complexidade do

sistema de cooperação entre as esferas de governo, já que a Educação Básica é atribuição prioritária de estados e municípios, e as enormes diferenças que caracterizam as redes de ensino das diversas regiões.

A experiência da Ação Educativa em projetos realizados em escolas públicas, assim como diversos estudos acadêmicos, evidencia que são muito limitadas as condições das escolas públicas de ofertar uma educação de qualidade e afinada com as necessidades da população. A desvalorização dos profissionais da educação – na esmagadora maioria mulheres –, a precariedade material, o excesso de controles burocráticos e escassez de controles sobre processos e resultados pedagógicos debilitam a capacidade criadora de educadoras e educadores e a possibilidade de diálogo crítico e responsável entre quem está na base do sistema – as comunidades escolares – e os gestores, cuja função é estabelecer e avaliar democraticamente orientações político-pedagógicas para o sistema em seu conjunto.

Diante desses enormes desafios, a Ação Educativa pretende nesse trienal dar mais organicidade a sua opção estratégica de trabalhar simultaneamente no campo do pedagógico e do político. Continuaremos nos dedicando à formação e apoio a iniciativas de jovens e educadores de escolas públicas, procurando novos caminhos para fazer com que, paralelamente, esses sujeitos estejam mais presentes nas arenas de disputa política: nos movimentos sociais, nos espaços institucionais de representação e participação, nos meios de comunicação e formação da opinião pública.

Ação cultural na construção de novos mundos possíveis

As raízes do projeto da Ação Educativa nos movimentos da Educação Popular legaram à instituição a valorização da política, mas também da cultura, como dimensões essenciais de uma prática educativa transformadora. Também o trabalho junto aos jovens ao longo desses 12 anos nos mostrou o quanto as manifestações artísticas são essenciais para a afirmação da identidade, resistência e construção de vínculos em grupos oprimidos pela exclusão econômica e discriminação racial e de gênero.

Nesse próximo triênio, a Ação Educativa pretende avançar de forma mais consistente no campo da ação cultural, fortalecendo coletivos envolvidos com manifestações artísticas que têm cumprido papel importante na expressão das vivências e visões de mundo de populações pobres das periferias urbanas, especialmente jovens, negras e negros: o hip hop, o graffiti, o samba de roda e a literatura periférica.

Esperamos assim que as cores, a música e a poesia nos ensinem a fazer educação e política com mais sensibilidade e alegria, trazendo mais para perto de nós os mundos possíveis que queremos construir.

São Paulo, julho de 2006

Perfil institucional e objetivos

A Ação Educativa é uma organização não governamental que atua nas áreas da educação e da juventude, desenvolvendo atividades de formação, assessoria, pesquisa, informação, articulação de redes e organização de campanhas e outras ações de defesa de direitos. Fundada em 1994 sob a forma de sociedade civil sem finalidade lucrativa, conta atualmente com 42 sócios estatutários, que compõe a Assembléia Geral, e 350 sócios mantenedores. A gestão é de responsabilidade de uma diretoria que atua voluntariamente, assessorada por um conselho fiscal.

A organização tem sede no município de São Paulo, à rua General Jardim, 660, no bairro Vila Buarque, onde funcionam seus escritórios e um Espaço de Educação, Cultura e Mobilização Social aberto ao público. Ainda que concentre grande parte de suas atividades nesse município, sua área de atuação abrange todo o território nacional.

A sua situação jurídica da Ação Educativa está plenamente regularizada, em conformidade com as leis brasileiras. Ela foi declarada de utilidade pública no âmbito do município e do estado de São Paulo. Está inscrita no Conselho Nacional de Assistência Social e no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Paulo, além de cadastrada como organização de pesquisa no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

A Ação Educativa está preparando documentos para pleitear utilidade pública federal e CEAS – Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social. Com estes títulos poderá requerer a isenção da cota patronal para o INSS, receber doações de empresas nacionais, dedutíveis em até 2% de seu lucro operacional.

Missão

A missão da Ação Educativa é promover direitos educativos e da juventude, tendo em vista a justiça social, a democracia participativa e do desenvolvimento sustentável no Brasil.

Estratégia institucional

Para realizar essa missão, a Ação Educativa combina diferentes estratégias: ação local e experimentação pedagógica; formação e capacitação de jovens, educadores e outros agentes sociais; fomento à manifestações artísticas e culturais de grupos, articulação e participação em redes e fóruns em âmbito local e nacional; promoção de campanhas de sensibilização e mobilização; pesquisa e difusão de informações e conhecimentos; promoção de debates e intercâmbio, produção de materiais educativos, assessoria a órgãos públicos, *lobby* e *advocacy* junto aos poderes executivo, legislativo e judiciário.

A opção por combinar essas diversas estratégias constitui a própria identidade da Ação Educativa. Reunir os diferentes, promover o diálogo e a colaboração é a principal marca do estilo de atuação da entidade.

Ação Educativa procura também de forma sistemática integrar a intervenção focalizada nas áreas da educação e da juventude a um campo mais amplo de organizações da sociedade civil e movimentos sociais que atuam em defesa dos direitos humanos, econômicos, sociais, culturais e ambientais.

Principais acúmulos

Ao longo de seus 12 anos de atuação, a Ação Educativa construiu competências, acumulou aprendizagens, recursos, relações e reconhecimento de diversos atores sociais. Esse valioso legado, posto a serviço da missão institucional, cria as condições para a realização dos objetivos propostos nesse novo Plano Trienal. Dentre eles, cabe destacar:

- experiência de participação e coordenação de redes e articulações internacionais, nacionais e locais;
- excelência técnico-pedagógica na produção de materiais didáticos e atividades de formação para educadores jovens;
- tradição e reconhecimento na área de pesquisa, coordenação de programas amplos, envolvendo universidades e órgãos de fomento nacionais e internacionais;
- meios de comunicação regular (sítio e boletins eletrônicos), que disseminam informação de qualidade para públicos cada vez mais amplos;
 - espaço para realização de reuniões, cursos e outros eventos aberto ao público e a serviço de organizações e movimentos sociais que partilham os princípios expressos na missão institucional; e
 - em função dos aspectos anteriores, constituiu-se em um ator social reconhecido nacionalmente no campo da educação e juventude, e das organizações não governamentais de maneira geral.

No último triênio, especificamente, a Ação Educativa realizou mais avanços importantes que nortearam a definição dos novos passos a serem enfrentados no próximo período. Dentre eles, destacam-se:

- A organização do programa Ação na Justiça, com o objetivo de afirmar e divulgar a educação como direito humano e sua justiciabilidade. Dialogando e convocando o sistema de justiça a atuar nessa área, a Ação Educativa abre uma nova frente para influenciar as políticas públicas, complementando as ações que já vinham sendo realizadas junto aos poderes executivo e legislativo, principalmente por meio da Campanha Nacional pelo Direito à Educação.
- O estabelecimento de relações mais orgânicas com comunicadores que atuam nos grandes meios de comunicação, visando qualificar a cobertura sobre temáticas educacionais. A análise crítica da cobertura da educação na imprensa, a proposição constante de pautas, a promoção de canais entre jornalistas e fontes representativas dos diversos segmentos envolvidos na temática educacional ampliam o alcance de nossas mensagens e favorecem a criação de uma opinião pública que reconheça a educação como direito humano indissociável dos demais.

- A distribuição de centenas de milhares de materiais didáticos para a Educação de Jovens e Adultos, coroada pela conquista, por três anos consecutivos, do Prêmio Jabuti – principal premiação do setor editorial brasileiro – na categoria Educação.
- Produção de conhecimentos no campo da juventude, estabelecendo parâmetros para a elaboração de políticas públicas e fomento à participação política de jovens; além da maior institucionalidade da influência da Ação Educativa nesse campo, graças a sua participação ativa no Conselho Nacional de Juventude.
- Desenvolvimento de projetos de formação de jovens, em especial na área de profissionalização em linguagem áudio-visual, ao lado da promoção regular de grandes eventos como a Semana de Cultura Hip Hop, firmando a Ação Educativa como espaço de referência para a participação e formação de jovens.
- No Centro de Juventude e Educação Continuada, criação de vínculos orgânicos com grupos e movimentos formados especialmente por jovens, que produzem arte e cultura como instrumentos de construção de identidade e cidadania, educação e ampliação das possibilidades de vida e de escolhas.

Com base nesses acúmulos e na análise dos novos problemas e possibilidades colocados pela conjuntura brasileira, a Ação Educativa redefiniu os objetivos que deverão orientar sua atuação nos próximos três anos. Definiu um objetivo geral, no qual se expressa um foco privilegiado ou eixo transversal das ações e objetivos formulados de modo a expressar as mudanças sociais esperadas mediante as opções estratégicas da instituição. A partir desses objetivos, estabeleceu-se, para cada área programática, um conjunto de metas, expressas na forma de resultados concretos – situados no nosso campo de governabilidade – que se pretende gerar e alcançar.

Objetivo geral

- Contribuir para a superação das desigualdades que marcam a sociedade brasileira, especialmente as relativas à distribuição de renda, às relações raciais e de gênero, por meio da promoção dos direitos educativos e da juventude.

Objetivos específicos

- Ampliar a capacidade de intervenção dos jovens no espaço público.
- Ampliar e qualificar a participação de atores da sociedade civil na formulação, implementação e controle social de políticas públicas que atendam as necessidades dos jovens;
- Colaborar na construção de sistemas integrados de políticas públicas que respondam às necessidades dos jovens, considerando sua singularidade etária, sua diversidade (de gênero, raça, classe social e pertencimento territorial) e seu direito a participar das definições dessas políticas;
- Ampliar e qualificar a participação de atores da sociedade civil na efetivação do direito à educação pública e de qualidade – entendido como direito humano –, influenciando a opinião pública, a atuação dos poderes executivo, legislativo e judiciário.

- Fortalecer a escola pública e outras instâncias que atendem aos setores sociais mais desfavorecidos pela situação de desigualdade, promovendo um conceito de qualidade educativa baseado nos princípios da participação e da equidade, na relevância social e cultural das aprendizagens.
- Fortalecer a produção artística de grupos originários e atuantes nas periferias urbanas, visando a afirmação de suas identidades, a democratização do acesso a novos circuitos de produção e circulação cultural, o fomento de uma cultura de solidariedade e cidadania.
- Fortalecer e qualificar a participação das ONGs como atores sociais relevantes na construção de uma sociedade justa e democrática, na qual se efetivem na sua integralidade os direitos humanos, sociais, econômicos, culturais e ambientais.

Unidades programáticas e de gestão

Para perseguir esses objetivos, a Ação Educativa se organizará nesse trienal em torno de três unidades programáticas: as áreas de Juventude e Educação e o Espaço de Cultura e Mobilização Social (anteriormente denominado Centro de Juventude e Educação Continuada). A gestão cotidiana da entidade continuará sendo feita pela Coordenação Geral, subsidiada pelo Setor de Administração e Finanças e pelo Setor de Comunicação e Informação, que juntos compõe a área GDI – Gestão e Desenvolvimento Institucional. A Coordenação Geral também é responsável pela representação da Ação Educativa junto a órgãos oficiais e em articulações de ONGs, podendo para tanto indicar outros membros da organização.

Dentre coordenadores de programas, projetos e setores serão nomeados anualmente os membros do Colegiado de Coordenação. Esse colegiado, de caráter consultivo, assessorará a Coordenação Geral, que prestará contas diretamente à Diretoria e à Assembléia Geral. Esta última, contando com o apoio do Conselho Fiscal, é responsável última pelas decisões que afetam os posicionamentos públicos, os rumos políticos, o emprego dos recursos e a situação financeira da instituição.

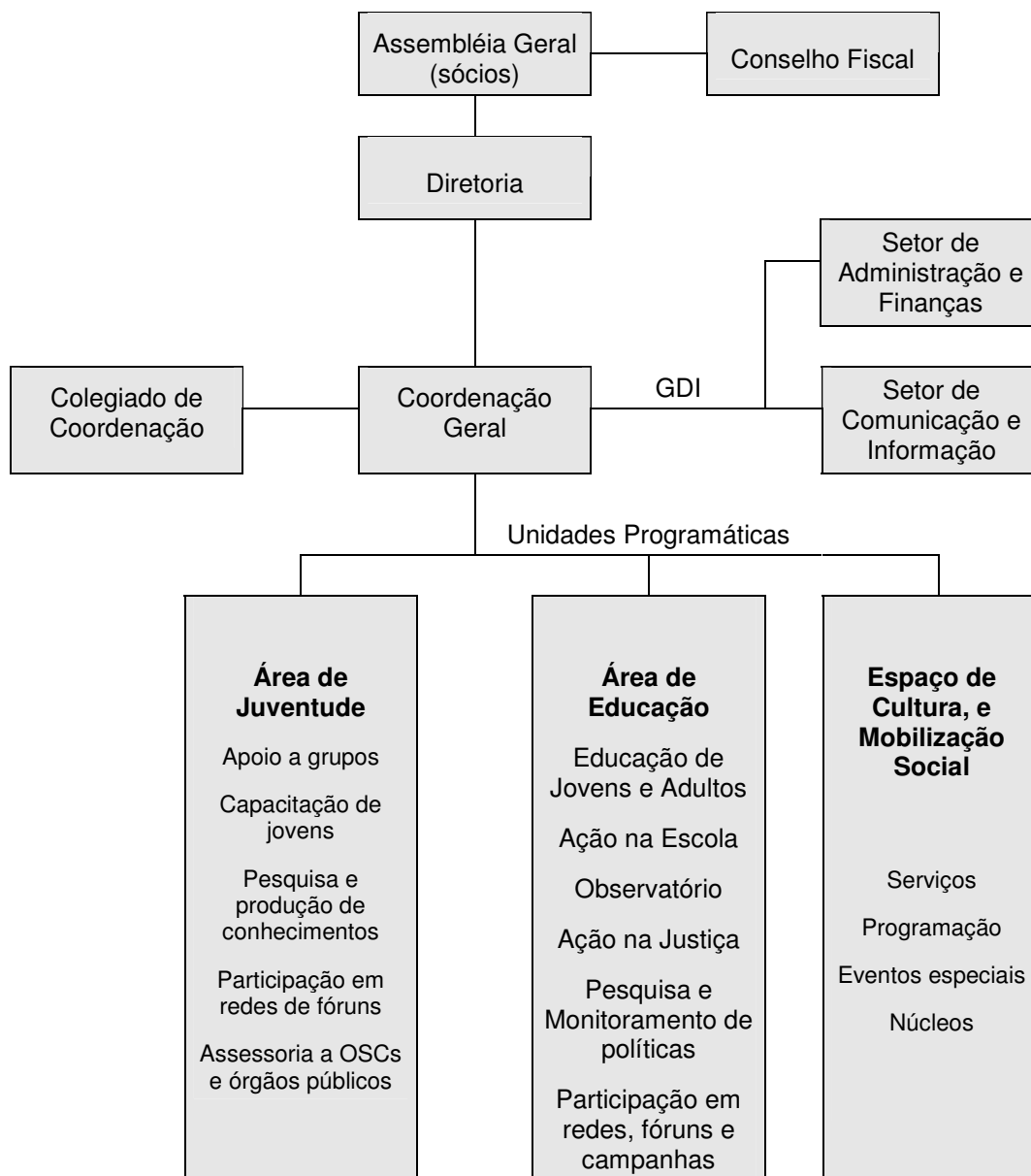
A área de Educação, dada a complexidade das estratégias que adota e dos acúmulos institucionais, organiza-se em torno de programas, podendo abrigar também projetos especiais. Para o próximo triênio estão previstos cinco programas: Educação de Jovens e Adultos, Ação na Escola, Pesquisa e Monitoramento de Políticas, Ação na Justiça e Observatório da Educação.

A área de Juventude funciona como uma área-programa, com uma mesma equipe atuando em linhas de ação permanentes: apoio a grupos de jovens, produção de conhecimentos, ação em redes e espaços de representação política, desenvolvimento de programas educativos para jovens em parceria com órgãos públicos e organizações sócias, assessoria a órgãos públicos.

O Espaço de Cultura e Mobilização Social (antigo Centro de Juventude e Educação Continuada) manterá a prestação de serviços à população e a ONGs, disponibilizando suas dependências, equipamentos e expertise em promoção de eventos. Continuará também com programação regular de cursos e oficinas voltados aos arte-educadores. No triênio 2007-2009 articulará também núcleos de produção cultural.

As metas, estratégias, públicos e linhas de ação dessas unidades serão detalhadas nos próximos capítulos.

Organograma



Juventude

Dentre os objetivos específicos projetados para esse Plano Trienal, três são os diretamente relacionados às questões de juventude:

- Ampliar a capacidade de intervenção dos jovens no espaço público.
- Ampliar e qualificar a participação de atores da sociedade civil na formulação, implementação e controle social de políticas públicas que atendam as necessidades dos jovens.
- Construir sistemas integrados de políticas públicas que respondam às necessidades dos jovens, considerando sua singularidade etária, sua diversidade (gênero, raça, classe, pertencimento territorial / regional), seu direito a participar das definições dessas políticas.

Tais objetivos expressam ao nosso ver os avanços possíveis e necessários para que se configure um salto qualitativo na configuração das práticas e políticas voltadas para a juventude no Brasil. Nessa perspectiva, e considerando os acúmulos da Ação Educativa e suas possibilidades de ação nessa área, foram estabelecidas as metas institucionais para as ações e projetos e respectivos indicadores e meios de verificação.

Metas, indicadores e meios de verificação

1. Ter apoiado jovens e grupos de jovens (pelo menos 180 jovens ao ano) para intervir no espaço público, por meio de capacitação, assessoria e acesso a recursos.

| Indicadores | Meios de verificação |
|---|--|
| <ul style="list-style-type: none"> • Quantidade de atividades de capacitação desenvolvidas e número de participantes. • Aprendizagens realizadas pelos jovens nas atividades de capacitação. • Quantidade de jovens assessorados e/ou que utilizam recursos disponibilizados e que intervêm no espaço público. | <ul style="list-style-type: none"> • Listas de presença a atividades de capacitação • Trabalhos produzidos pelos jovens assessorados ou capacitados. • Relatórios avaliativos elaborados por assessores, educadores e jovens. |

2. Ter fortalecido e ampliado a eficácia de articulações de sociedade civil e governos engajadas na formulação, implementação e avaliação de políticas públicas para a juventude.

| Indicadores | Meios de verificação |
|--|--|
| <ul style="list-style-type: none"> • Participação e contribuição efetiva da Ação Educativa nas articulações de sociedade civil. <ul style="list-style-type: none"> • Efetividade das articulações na formulação, implementação e avaliação de políticas públicas. | <ul style="list-style-type: none"> • Relatórios de assessores que participam das articulações. • Entrevistas avaliativas com gestores públicos e outros atores da sociedade civil. • Documentos oficiais; <ul style="list-style-type: none"> • Clipping de mídia. |

3. Ter produzido estudos e promovido debates que influenciem a opinião pública e as políticas públicas voltadas para juventude.

| Indicadores | Meios de verificação |
|---|---|
| <ul style="list-style-type: none"> • Relevância e rigor dos estudos produzidos e/ou debates promovidos. • Distribuição de peças de divulgação de estudos de debates. • Repercussão dos estudos e debates entre os atores sociais e nos meios de comunicação. | <ul style="list-style-type: none"> • Entrevistas com pesquisadores, gestores públicos e outros atores da sociedade civil sobre a qualidade dos estudos e debates. • Referências aos estudos e debates na mídia, outros estudos e documentos oficiais. |

4. Ter desenvolvido e/ou apoiado programas que atendam às necessidades dos jovens nas áreas do trabalho, educação e cultura, com participação de pelo menos 100 educadores, técnicos e gestores, ao ano, e formação de pelo menos 100 jovens agentes socioeducativos no triênio.

| Indicadores | Meios de verificação |
|--|---|
| <ul style="list-style-type: none"> • Quantidade de jovens participantes dos programas. • Aspectos inovadores dos programas promovidos ou assessorados por Ação Educativa. • Utilização de materiais elaborados por Ação Educativa por outros programas voltados a jovens. • Resultados dos programas (aprendizagens, certificação, inserção e produção dos jovens) | <ul style="list-style-type: none"> • Questionários ou entrevistas avaliativas com gestores, técnicos, educadores e jovens participantes dos programas. • Trabalhos realizados pelos jovens. |

Estratégias de intervenção

A atuação junto a jovens privilegiará aqueles envolvidos em grupos e organizações, juvenis ou não, buscando fortalecer sua capacidade de intervenção no espaço público. Para isso, convidará grupos para, conjuntamente, identificar os principais problemas e desenhar ações de formação/articulação que contribuam para sua superação. De outro, oferecerá assessoria e formação para que jovens que têm atuação sociocultural fazendo uso de diferentes linguagens – audiovisual, radiofônica, escrita e musical – viabilizem e qualifiquem suas intervenções. Paralelamente, por meio da disponibilização de pequenos recursos financeiros, buscará viabilizar a participação de jovens em eventos de formação, intercâmbio e instâncias de articulação e representação para influir em políticas públicas.

No entanto, não basta a participação juvenil para avançar na construção de políticas públicas que lhes garantam direitos. Essa é uma tarefa intergeracional, que requer envolvimento dos poderes públicos e da sociedade civil. Assim, especial atenção será dada aos espaços que propiciam essas articulações. Além da participação em eventos e fóruns de caráter pontual, serão empreendidos esforços para a criação, consolidação e fortalecimento de dois tipos de espaços de articulação. De um lado, espaços de caráter intersetorial e intergeracional que busquem influir na constituição das políticas públicas: nesse sentido, dar-se-á continuidade à participação na coordenação do Fórum de Juventude de São Paulo. De outro, espaços que

reúnam especificamente atores da sociedade civil que atuam junto a jovens. Nesse sentido, ONGs que atuam na Região Metropolitana de São Paulo serão convidadas a participar da construção de uma rede que potencialize a qualificação da atuação de cada uma e, ao mesmo tempo, permita o desenvolvimento de ações coletivas, tanto junto à sociedade civil como junto ao poder público.

Para a eficácia da atuação dos diversos atores envolvidos com a garantia de direitos para os jovens, é necessário contar com informações e análises qualificadas, tanto sobre as vivências juvenis como sobre os resultados das políticas dirigidas a esse público. Assim, serão realizados e divulgados debates, estudos e pesquisas. Espera-se também que o adensamento do debate sobre esse campo contribua para legitimá-lo junto à opinião pública.

Embora as vivências juvenis abarquem os mais diversos campos da experiência humana, a educação, o trabalho e a cultura apresentam-se como as dimensões constitutivas centrais e interrelacionadas do ser jovem no mundo de hoje. Assim, serão desenvolvidos estudos e experimentos específicos nessas áreas. E a avaliação e sistematização desses experimentos permitirão oferecer subsídios para técnicos e gestores dessas políticas setoriais, bem como para os demais atores do campo da juventude.

Públicos envolvidos

Em função dos diversos níveis em que se desenvolve a estratégia de intervenção da Ação Educativa na área de juventude, os públicos envolvidos também são diversificados, procurando fazer com que as ações se desenvolvam junto aos atores chave para a promoção das mudanças nas práticas e políticas relacionadas à juventude. Estes públicos são:

- Jovens envolvidos em algum tipo de ação coletiva ou comunitária, organizados ou não em grupos, no estado de São Paulo, e principalmente na região metropolitana do estado. A maior parte desses jovens reside nas cidades, em regiões periféricas e empobrecidas, cujas condições de vida e de acesso aos direitos sociais básicos são bastante precárias. O contato dos jovens com alguma forma de atuação social ou comunitária ocorre de diversas formas: nos movimentos sociais, em projetos governamentais, em projetos desenvolvidos por organizações não-governamentais, nas igrejas, nas escolas ou em grupos juvenis, que reúnem jovens em torno de atividades variadas como música, dança, teatro, ações de prevenção na área de saúde e outras tantas. Portanto, os jovens com os quais pretendemos trabalhar deverão ter sido sensibilizados ou estar engajados em algum tipo de ação social despertada por alguma dinâmica formativa ou associativa anterior. Estes jovens em geral precisam de apoio para que possam ampliar sua formação e acessar recursos humanos e materiais que potencializem sua ação. No triênio anterior, participaram das atividades de formação e articulação, em média, 250 jovens ao ano, aproximadamente. No próximo período pretendemos atuar junto a outros 250 jovens ao ano, além de oferecer apoio mais pontual a pelo menos outros 50 jovens, com prioridade aos participantes de anos anteriores.
- Assessores e educadores de Organizações Não-Governamentais (ONGs) brasileiras, especialmente aquelas da Região Metropolitana de São Paulo, orientando-se pela diversidade de perfis institucionais e área de atuação, dando-se prioridade para aquelas que realizam estratégias de formação e ampliação da capacidade de ação coletiva de

jovens, promovem novas formas de qualificação profissional ou de estratégias de geração de renda e, finalmente, produzem pesquisas nas área de atuação estratégica do Programa Juventude. No próximo triênio pretendemos estabelecer vínculos mais permanentes de intercâmbio com pelo menos 10 ONGs com destacada ação junto a jovens.

- Professores de Ensino Médio e de EJA (Educação de Jovens e Adultos) em âmbito nacional, ligados aos sistemas públicos de ensino. A atuação junto aos professores, coordenadores pedagógicos e diretores é fundamental para que estes construam práticas educativas sintonizadas com as necessidades dos jovens, e possam apoiá-los no desenvolvimento das habilidades, disposições e práticas requeridas pela vida democrática. No último triênio, além da publicação e distribuição de 3.000 exemplares de subsídios para educadores, foram envolvidos 70 educadores em atividades de formação. Para o próximo período, espera-se envolver ao menos 100 educadores da Região Metropolitana de São Paulo e atingir mais de 5 mil por meio de distribuição de subsídios pedagógicos.
- Os gestores de políticas. De um lado, estão os gestores de políticas públicas de juventude; de outro, há os gestores das diversas políticas setoriais que incluem a juventude, com destaque para as áreas da educação, trabalho e cultura. No último triênio, foram apoiados, de forma direta, gestores de 5 órgãos de administração municipal. Para o próximo triênio, espera-se, no mínimo, manter esse patamar quanto à assessoria, além de atingir um número bem maior de gestores com a intensificação de debates, seminários e publicações.
- Os parlamentares que compõem as Comissões de Juventude, tanto no legislativo municipal como no federal, oriundos dos diversos partidos com representação naquelas casas.
- Os pesquisadores da temática da juventude, particularmente nos campos da Educação, Trabalho e Cultura, com destaque para aqueles vinculados às universidades públicas.
- Movimentos sociais, particularmente os atuantes na Região Metropolitana de São Paulo, onde tem ganho visibilidade a presença de jovens em seu interior. Não por acaso tem emergido setoriais de jovens nessas organizações. Esses setoriais localizam especificidades da condição juvenil para a efetivação das reivindicações dos movimentos: formulando e apresentando pautas, propostas e atuações diferenciadas.
- O público que se pretende beneficiar indiretamente com todas as iniciativas da área, além daqueles diretamente envolvidos nas atividades, são os 49 milhões de jovens brasileiros entre 15 e 29 anos, que representam 28,2% da população total. Quer-se influir sobretudo na vida dos jovens negros e negras, já que esse grupo representa a maior parcela da população juvenil que vive em situação de pobreza (renda familiar per capita de até ½ salário mínimo). Trata-se daqueles que representam a maior parcela dos jovens que encontram-se nas classes D e E (que corresponde a 51,8% dos jovens brasileiros).

Linhas de ação

Meta 1 - Ter apoiado jovens e grupos de jovens para intervir no espaço público, por meio de capacitação, assessoria e acesso a recursos.

- Formação e articulação de jovens tendo em vista o fortalecimento de suas intervenções no espaço público.

- Assessoria e formação de jovens para o aprimoramento de suas ações em torno de diferentes linguagens – audiovisual, radiofônica, escrita e musical.
- Fundo de apoio à participação de jovens em eventos.

Meta 2 - Ter fortalecido e ampliado a eficácia de articulações de sociedade civil engajadas na formulação, implementação e avaliação de políticas públicas para a juventude.

- Participação nos encontros quinzenais do Fórum de Juventude do Estado de São Paulo
- Participação em pelo menos 10 eventos, fóruns e processos de articulação nas áreas de juventude, trabalho, educação e cultura.
- Constituição de uma rede de ONGs que atuam com jovens envolvendo pelo menos 10 organizações da Região Metropolitana de São Paulo
- Participação no Conselho Nacional de Juventude

Meta 3 - Ter produzido estudos e promovido debates que influenciem a opinião pública e as políticas públicas voltadas para juventude.

- Realização de um processo de debate sobre o direito dos jovens ao trabalho envolvendo jovens, organizações juvenis e sindicais, agentes governamentais para delinear coletivamente orientações para as políticas públicas.
- Produção e circulação de pelo menos quatro artigos por ano com opiniões críticas e proposições sobre temas relevantes no campo de juventude, sobretudo sobre educação, trabalho, cultura e participação.
- Promoção de pelo menos quatro seminários e/ou debates no campo da juventude, educação, trabalho e cultura, com disseminação de seus resultados.

Meta 4 - Ter desenvolvido programas que atendam às necessidades dos jovens nas áreas do trabalho, educação e cultura.

- Desenvolvimento de programas de capacitação profissional na área de ação sócio-cultural e desenvolvimento local.
- Realização de cursos e oficinas para professores das redes públicas de Ensino Médio e EJA, e educadores de organizações sociais, num total de pelo menos 100 participantes ao ano.
- Assessoria a coordenadorias de juventude e órgãos de gestão nas áreas de educação, cultura e trabalho (pelo menos uma por ano).

Educação

No campo da educação, as mudanças qualitativas de situação almeçadas pela Ação Educativa e expressas em seus objetivos específicos são:

- Ampliar e qualificar a participação de atores da sociedade civil na efetivação do direito à educação pública e de qualidade – entendido como direito humano –, influenciando a opinião pública, a atuação dos poderes executivo, legislativo e judiciário.
- Fortalecer a escola pública e outras instâncias que atendem aos setores sociais mais desfavorecidos pela situação de desigualdade, promovendo um conceito de qualidade educativa baseado nos princípios da participação e da equidade, na relevância social e cultural das aprendizagens.

Indicadores e meios de verificação

Seis metas com seus respectivos indicadores e meios de verificação foram estabelecidos a partir desses objetivos.

1. Ter apoiado programas educativos, no âmbito a educação básica e qualificação profissional, contribuindo para o atendimento das necessidades de aprendizagem de pelo menos 250 mil educandos jovens e adultos.

| Indicadores | Meios de verificação |
|---|---|
| <ul style="list-style-type: none"> • Qualidade e relevância dos projetos pedagógicos desenvolvidos e experimentados. • Quantidade de programas e educadores que participam das atividades de assessoria e formação. • Aprendizagens realizadas pelos educadores capacitados • Modificações nos currículos, na organização ou nas práticas pedagógicas dos programas atendidos. • Qualidade dos materiais didáticos e subsídios para educadores produzidos. • Quantidade de programas, educadores e educandos que utilizam os materiais didáticos e subsídios para educadores produzidos. • Quantidade de educadores, gestores e ativistas que se cadastram para receber boletim informativo Informação em Rede | <ul style="list-style-type: none"> • Documentos curriculares e materiais didáticos produzidos. • Relatórios dos formadores e gestores dos programas. • Relatórios de vendas e doações fornecidos pela editora dos materiais didáticos. • Questionários avaliativos aplicados a educadores e educandos que utilizam os materiais didáticos. • Entrevistas e questionários de avaliação aplicados a gestores e educadores formados e/ou assessorados. • Documentos e outros trabalhos produzidos pelos educadores formados. • Documentos oficiais dos programas. • Cadastro de assinantes do boletim e controle de acessos ao sítio eletrônico. |

2. Ter apoiado anualmente 1000 educadores envolvidos com a inovação pedagógica em escolas públicas, por meio de assessoria, formação, intercâmbio e articulação de rede, promovendo seu engajamento na disputa pelas orientações das políticas públicas.

| Indicadores | Meios de verificação |
|---|---|
| <ul style="list-style-type: none"> • Relevância dos projetos inovadores tendo em vista a qualidade social da educação. • Número de escolas, educadores e educandos envolvidos nos projetos de inovação. • Disseminação de produtos de sistematização e avaliação. • Enraizamento dos experimentos nas escolas. • Capacidade de articular e animar rede. • Participação de educadores envolvidos com o cotidiano das escolas em atividades de articulação em rede e mobilização por direitos educativos. | <ul style="list-style-type: none"> • Entrevistas e questionários avaliativos de educadores e educandos envolvidos nas experiências de inovação. • Opinião de especialistas sobre produtos de sistematização e avaliação. • Documentos oficiais e depoimentos de educadores e gestores de escolas e redes de ensino. • Cadastros e listas de presença a eventos. • Documentos produzidos nos eventos. • Entrevistas e questionários avaliativos aplicados a participantes da rede. |

3. Ter produzido e disseminado conhecimentos que apoiem a elaboração de políticas educacionais e a ação dos movimentos sociais para efetivação de direitos educativos.

| Indicadores | Meios de verificação |
|---|--|
| <ul style="list-style-type: none"> • Rigor e relevância dos estudos produzidos. • Distribuição de peças de divulgação dos estudos. • Repercussão dos estudos junto a movimentos, gestores públicos, parlamentares, pesquisadores, educadores e meios de comunicação. | <ul style="list-style-type: none"> • Controle de acesso a peças de divulgação dos estudos no sítio eletrônico e da distribuição de materiais impressos. • Entrevistas com pesquisadores, gestores públicos e outros atores da sociedade civil sobre a qualidade dos estudos produzidos. • Referência aos estudos na mídia, em documentos oficiais, publicações acadêmicas, materiais de formação de educadores. |

4. Ter ampliado a utilização dos instrumentos jurídicos na defesa de direitos educacionais, qualificando a receptividade do sistema de justiça e fortalecendo as estratégias de justiciabilidade nos movimentos sociais.

| Indicadores | Meios de verificação |
|--|--|
| <ul style="list-style-type: none"> • Caráter inédito e exemplaridade das temáticas levadas ao sistema de justiça. • Impacto das petições nas políticas educacionais, nos debates públicos e nos entendimentos do sistema de justiça. • Participação dos operadores jurídicos, estudantes, movimentos e articulações da sociedade civil nas estratégias de justiciabilidade. | <ul style="list-style-type: none"> • Documentos oficiais e decisões. • Acompanhamento da implementação das decisões de âmbito nacional e internacional. • Listas de inscrição, presença e relatórios em atividades de formação. |

5. Ter qualificado a cobertura da mídia sobre educação, dando visibilidade à pluralidade de pontos de vista e a temas relevantes para a promoção da equidade da concepção da educação como direito humano.

| Indicadores | Meios de verificação |
|---|---|
| <ul style="list-style-type: none"> • Relevância de informações e debates produzidos e debates produzidos e disseminados • Quantidade e qualidade dos contatos com comunicadores. • Quantidade e qualidade de matérias pautadas ou informadas por fontes indicadas por Ação Educativa. • Relevância e diversidade dos veículos de comunicação envolvidos. • Qualidade e repercussão das manifestações públicas da Ação Educativa sobre a ação da mídia na cobertura dos temas educacionais. • Alcance dos boletins informativos editados e distribuídos. | <ul style="list-style-type: none"> • Entrevistas com comunicadores, especialistas e participantes de movimentos. • Clipping de jornais nacionais. • Matérias publicadas. • Cadastro de assinantes dos boletins, número de acessos a matérias do <i>sítio</i> eletrônico. • Questionários avaliativos junto a assinantes. |

6. Ter fortalecido movimentos sociais e articulações da sociedade civil que promovem direitos educacionais e incidem nas políticas públicas.

| Indicadores | Meios de verificação |
|---|--|
| <ul style="list-style-type: none"> • Relevância das bandeiras de luta dos movimentos. • Capacidade de mobilização dos mesmos. • Capacidade de incidir sobre as políticas públicas. | <ul style="list-style-type: none"> • Entrevistas com atores sociais do campo educacional. • Documentos e outros produtos dos movimentos / articulações. • Leis, projetos de lei e outros documentos oficiais. |

Estratégias de intervenção

Na área da Educação combinamos a atuação junto às escolas e aos sistemas de ensino à intervenção nas políticas públicas mais gerais e de impacto amplo. Entendemos que a ação política ganha em potência quando abordada a partir de diversos enfoques e atores, por isso abordamos desde os mesmos princípios os dois grandes vetores da área: a) o trabalho de produção e disseminação de boas práticas pedagógicas e de gestão, com ênfase no público juvenil e adulto com baixa escolaridade; b) a incidência na opinião pública e na formulação e implementação das políticas públicas de educação básica em geral, tendo como estratégia a produção de informação qualificada, a mobilização social para o controle social do Estado e a difusão da educação como um direito universal, exigível, justiciável e integrado ao exercício dos demais direitos humanos.

Como esta estratégia tem se demonstrado eficaz e adequada face aos nossos objetivos institucionais, pretendemos aprofundá-la no próximo triênio. O espaço privilegiado de encontro das questões micro e macro é, sem dúvida, a escola pública. E lá que são sentidos os efeitos das opções do gestor público, da ação dos organismos internacionais, do legislativo, do orçamento público e das decisões do judiciário. Por isso, é justamente a comunidade escolar

quem reúne a condição de agir na defesa de seus próprios direitos, atuando como verdadeiros sujeitos de direito. Por isso, além de seguir atuando no acompanhamento geral das políticas e na disputa de sentidos sobre a função social da educação escolar, fortalecendo novas perspectivas como a justiciabilidade, pretendemos nesse trienal fazer esforços mais sistemáticos para levar esse acúmulo diretamente à rede de ensino, tomando como ponto de partida a relação já estabelecida com muitas professoras, professores e estudantes envolvidos em inovações pedagógicas em suas escolas. A aposta é que as comunidades escolares se tornem parceiras mais presentes nos movimentos em defesa de direitos educativos, inclusive atuando na identificação de violações a serem enfrentadas em âmbito geral.

Por meio do programa *Práticas de Aprender*, a Ação Educativa vinha desenvolvendo e apoiando projetos de inovação educacional que focalizam a integração da escola com a comunidade e com os problemas sociais contemporâneos, de modo a favorecer a contextualização e a relevância das aprendizagens desenvolvidas. Outro princípio orientador das iniciativas é a participação de todos os envolvidos no planejamento, implementação e avaliação dos projetos. Para os próximos três anos, pretendemos atuar na constituição de uma rede junto a esses educadores, por meio da qual se possam produzir análises sobre a situação das escolas, sobre o impacto de programas e políticas dos órgãos centrais, sobre as carências e potencialidades desse espaço na promoção de uma educação popular de qualidade. Para expressar melhor essa orientação, o programa adotará a denominação Ação na Escola.

Também deverão ser priorizadas, no programa *Ação na Escola*, as iniciativas que destacam o sentido da educação como cultura, espaço de afirmação de identidade e expressão da visão de mundo dos setores desfavorecidos, fortalecendo-os na luta pela igualdade. Nessa perspectiva, procuraremos dar destaque às relações de raça e gênero como eixo transversal ou tema central de projetos.

Especificamente com relação à ação política, a Ação Educativa vem organizando suas atividades em três dimensões que buscam agir de maneira articulada de forma a incidir sobre o Estado – poderes públicos Executivo e Legislativo, além do Sistema de Justiça – e também sobre a sociedade em geral, por meio da provocação e intervenção em debates públicos e na mídia. Essas três dimensões foram traduzidas em atividades que contribuam com a exigibilidade, a justiciabilidade e a constituição da cultura de direitos, relacionadas à efetivação dos direitos educativos. Estas três dimensões se complementam e interrelacionam, de maneira que a justiciabilidade torna-se uma estratégia de Exigibilidade; e ambas, por sua vez, contribuem com a constituição da cultura de direitos.

O triênio de 2004/2006 foi dedicado à constituição de atividades que concretizassem cada uma dessas estratégias, desenvolvidas hoje pelos programas *Pesquisa e Monitoramento de Políticas* (exigibilidade); *Ação na Justiça* (justiciabilidade) e *Observatório da Educação* (constituição de cultura de direito).

Em linhas gerais, o programa identificado com as ações de exigibilidade dedicar-se-á à pesquisa e monitoramento de políticas públicas da educação básica, com vistas a identificar possíveis violações aos direitos educativos e, simultaneamente, contribuir com a busca de alternativas para o processo de universalização do acesso e garantia de padrões de qualidade no ensino público. A pesquisa e o monitoramento visam fortalecer a ação política institucional, a atuação junto ao poder legislativo e executivo, ou como Ação Educativa ou articulando esforços junto a outros atores sociais.

A segunda dimensão, organizada no programa *Ação na Justiça*, está relacionada à incidência no Sistema de Justiça, compreendido como toda a estrutura pública destinada à restauração de direitos violados por ação ou omissão, envolvendo não só o Judiciário e o Ministério Público, mas também os órgãos dos demais poderes que tenham essa atribuição, além do Sistema Internacional de Direitos Humanos.

Conforme identificado na primeira fase de desenvolvimento deste programa, estes mecanismos ainda são pouco utilizados, tanto por falta de conhecimento a respeito dos mesmos ou da possibilidade de se exigir o cumprimento efetivo dos direitos educativos, como pela dificuldade em acessar o Sistema de Justiça, hermético e conservador em matéria de promoção de Direitos Humanos Econômicos, Sociais e Culturais. Ao mesmo tempo, identificamos que a pressão social por direitos tem surtido efeito, mesmo que pontual, através de boas práticas de justiciabilidade do direito à educação, as quais precisam ser estudadas, difundidas e ampliadas através de uma intervenção coordenada e permanente.

Para tanto, propomos atividades que incidem, de um lado, na formação e disputa de sentidos sobre o direito à educação com atores sociais em geral, com vistas a capacitá-los em agir como operadores populares dos direitos educativos, e, especificamente com atuais e futuros operadores jurídicos. Por outro lado, demandaremos ao Sistema de Justiça questões paradigmáticas ou de grande impacto, capazes de influenciar nas políticas públicas, reprimir ou prevenir violações e acumular entendimentos jurisprudenciais favoráveis que sirvam aos demais atores. Por isso, buscaremos envolver outras organizações ou movimentos sociais.

Por último, como forma de buscar incidir sobre a opinião pública na constituição da cultura de direitos, a Ação Educativa, por meio do programa *Observatório da Educação*, tem procurado monitorar a conjuntura da educação, particularmente em âmbito nacional, de forma a influenciar nos temas ou enfoques adotados pela mídia, e que pautam o debate público em torno da Educação.

Neste núcleo estão previstas atividades que se articulam em diferentes linhas estratégicas, tais como acompanhamento, análise e incidência na mídia; formação de comunicadores e estudantes de comunicação; produção e difusão de informação sobre a conjuntura educacional, com destaque para a atuação e posicionamentos de organizações da sociedade civil.

Finalmente, o programa *Educação de Jovens e Adultos* continuará focalizando uma modalidade específica da educação básica, integrando ações de formação de educadores, assessoria a programas, pesquisa, disseminação de informação, produção de materiais didáticos e subsídios para educadores, além da participação em redes e fóruns multisetoriais. A EJA é uma modalidade voltada para o atendimento de setores com maiores desvantagens sócio-econômicas e priorizada pela organização desde sua origem; é um campo onde há mais acúmulo de conhecimentos, experiências e relações, o que favorece a integração, num só programa, de todas essas linhas de ação. Para o triênio 2007-2009, o programa deverá dar especial atenção à problemática da educação para o trabalho e para a educação de nível médio, interagindo, por meio dessas temáticas, com a área de Juventude.

Públicos envolvidos

Por meio do projeto *Nossa Escola Pesquisa sua Opinião*, a Ação Educativa já construiu canais de diálogo com 150 escolas públicas em todo o país: no estado de São Paulo, na capital e nos municípios de Mauá, Pirapora do Bom Jesus e Cajamar; no Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, Caxias do Sul, Caraá, Santo Antonio da Patrulha, Osório, Farroupilha e São Marcos; no Paraná, em Curitiba, Araucária e Pinhais; em Pernambuco Recife; em Minas Gerais, Belo Horizonte; no Estado do Rio de Janeiro, Rio Bonito, Casemiro de Abreu, Rio das Ostras, Araruama, Silva Jardim e Cabo Frio e, no Distrito Federal, Planaltina. Em todas essas cidades a Ação Educativa já mantém vínculo com escolas públicas, realizando projetos de inovação pedagógica desde o ano de 2000, com a participação de alunos, professores e gestores dessas instituições. Disseminando o projeto *Indicadores da Qualidade na Educação*, estabeleceram-se relações com aproximadamente 60 escolas de Londrina (PR), Ituiutaba, Poços de Caldas, Cataguases (MG), São José dos Campos (SP) além de escolas na Zona Leste da capital paulista. Nessa região da cidade também se encontram escolas com que se construíram fortes laços pelos projetos já encerrados *Integrar pela Educação* e *Cinema e Vídeo Brasileiro das Escolas*, no qual se envolveram diretamente 26 escolas com atividades de produção, formação de educadores e montagem de acervos, além de 226 indiretamente, em mostras de cinema. O projeto *Rede Jornal Escola*, com o qual nos relacionamos nos últimos anos, também articula mais de 800 escolas no Ceará e outros estados do Nordeste.

Com base nessas escolas é que pretendemos iniciar a rede de educadores envolvidos nas inovações educacionais do novo programa *Ação na Escola*, e a eles também podem se somar os educadores que atuam em programas de Educação de Jovens e Adultos, com os quais a Ação Educativa mantém ações continuadas de assessoria. Pretende-se no próximo triênio que essa rede se articule, chegando a pelo menos mil escolas, com apoio de outras ONGs que atuam assessorando escolas em projetos inovadores.

Em atividades de formação, a Ação Educativa atendeu no último trienal em média 4 mil educadores anualmente em redes de ensino de todo os país. Esse montante tem oscilado de um ano a outro e pode variar no futuro, mas a expectativa é que a mesma média se mantenha considerando os próximos três anos. Por meio da disseminação de materiais didáticos, prevê beneficiar 250 mil jovens e adultos sub-escolarizados por ano, já que em 2004 e 2005 foram distribuídos respectivamente 144 mil e 360 mil exemplares para alunos em todo o país. Disseminando informações regulares sobre a temática por meio do boletim mensal, o *Informação em Rede*, o programa Educação de Jovens e Adultos atende atualmente a 1.500 educadores que se cadastraram para recebe-lo, pretendendo atingir a meta de quatro mil assinantes até o final do próximo triênio. Por meio da informação e da participação direta, também apoiará o Fórum de EJA de São Paulo e sua articulação em nível nacional com outros fóruns estaduais, além da rede Mova que reúne alfabetizadores populares.

A Ação Educativa continuará apoiando organizações que se mobilizam pela efetivação de direitos educativos exercendo a coordenação da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, articulação que reúne organizações nacionais de grande peso, como a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação e o Movimento dos Sem Terra, ao lado de mais de 120 organizações da sociedade civil, contando com comitês de campanha em 13 estados da federação.

Produzindo e disseminando informações sobre as políticas educacionais, pretende interagir com gestores, formuladores de políticas, pesquisadores, professores e ativistas da área. Espera-se, particularmente, que os estudantes negros e também os não negros sejam beneficiados por estudos que destaquem a problemática das relações raciais na educação. No próximo período, a população encarcerada, estimada em 300 mil pessoas, na maioria jovens, negros e com baixa renda, também deverá se beneficiar de iniciativas no campo da exigibilidade, a medida que se organiza um movimento em defesa da educação em penitenciárias e a instituição da remissão penal pelo estudo.

Divulgando mecanismos de justiciabilidade de direitos educativos, as atividades da organização também envolverão militantes da área dos direitos humanos, conselheiros tutelares, juízes e membros do Ministério Público.

Especialmente por meio do programa Observatório da Educação, a organização se relacionará com jornalistas da grande imprensa, da imprensa alternativa e comunitária, de organizações da sociedade civil e de organismos do poder público. Aproximadamente 20 profissionais ligados a grandes órgãos de imprensa, rádio e TV mantém com a entidade interlocução regular e outros 500 recebem regularmente informações produzidas pela instituição. Semanalmente, assessores da Ação Educativa atende a demandas de jornalistas que cobrem a temática educacional, dando informações, opiniões e indicando outras fontes qualificadas para abordar os assuntos. O objetivo é ampliar essa rede e principalmente tornar mais orgânica a colaboração com profissionais mais comprometidos com os campos da educação e juventude.

Linhas de ação

Meta 1 – Ter desenvolvido programas educativos, no âmbito a educação básica e qualificação profissional, que atendam às necessidades de aprendizagem de jovens e adultos.

- Assessoria a programas de EJA governamentais e não governamentais (pelo menos um por ano).
- Oferta de cursos, seminários temáticos e sobre a coleção *Viver, Aprender* para professores de EJA e alfabetizadores de adultos (aproximadamente 4 mil participantes ao ano).
- Promoção de seminários anuais de EJA, com participação de 250 educadores.
- Elaboração / atualização da coleção de livros didáticos *Viver, Aprender*, distribuição de 250 mil exemplares por ano.
- Elaboração de livros voltados à formação de educadores de jovens e adultos (um volume por ano).
- Edição do boletim eletrônico mensal *Informação em Rede* com distribuição para 4000 assinantes
- Desenvolvimento e experimentação de projeto pedagógico para o Ensino Médio, abarcando a formação para o trabalho.
- Desenvolvimento e experimentação de projeto pedagógico para Educação Penitenciária.
- Pesquisa Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional.

- Pesquisa sobre o Estado da Arte da Educação Popular.

Meta 2 – Ter apoiado 1000 educadores envolvidos com a inovação pedagógica em escolas públicas, por meio de assessoria, formação, intercâmbio e articulação de rede, promovendo seu engajamento na disputa pelas orientações das políticas públicas.

- Disseminação do Projeto Nossa Escola Pesquisa sua Opinião.
- Disseminação do Projeto Indicadores da Qualidade na Educação.
- Ação combinada de projetos inovadores junto a rede de ensino em município de pequeno porte.
- Realização e publicação de avaliação de experiências com projetos inovadores.
- Constituir e animar rede com participação de 500 educadores envolvidos em projetos de inovação em escolas públicas (criar veículo de comunicação permanente, promover eventos de intercâmbio e formação), abrangendo pelo menos três grandes regiões do país.
- Envolver participantes em debates sobre políticas educacionais e movimentos pelo direito à educação.

Meta 3 – Ter produzido conhecimentos que apoiem a elaboração de políticas educacionais e a ação dos movimentos sociais para efetivação de direitos educativos.

- Realização de pesquisas, consultas e processos de avaliação de políticas educacionais específicas (políticas afirmativas para afro-descendentes e outras relacionadas ao tema das desigualdades e promoção da equidade).
- Acompanhamento do ciclo orçamentário da União e municipal.
- Acompanhamento da atuação dos Conselhos Municipais de Educação.
- Acompanhamento impacto do Banco Mundial, do BID e da OMC na educação brasileira.
- Realização de balanços periódicos sobre o conjunto das políticas de educação básica em âmbito municipal (de São Paulo), estadual (de São Paulo) e federal;

Meta 4 – Ter ampliado a utilização dos instrumentos jurídicos na defesa de direitos educacionais, qualificando a receptividade do sistema de justiça e fortalecendo as estratégias de justiciabilidade nos movimentos sociais.

- Produção e atualização de banco de dados com os parâmetros legais e jurisprudência em matéria do direito à educação.
- Publicação de boletim mensal com pautas conceituais e conjunturais de acesso à justiça no âmbito educacional (OPA).
- Sistematização de casos paradigmáticos sobre acesso à Justiça em Educação no sistema nacional de justiça e no sistema internacional de proteção aos direitos humanos.
- Participação na Plataforma de Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais.

- Identificação de casos e mobilização de parceiros em diferentes estados para a defesa dos direitos educacionais nos sistemas de justiça.
- Promoção de atividades de formação em justiciabilidade do direito à educação voltadas a atores da sociedade civil, estudantes e operadores jurídicos, envolvendo 100 participantes ao ano.

Meta 5 – Ter qualificado a cobertura da mídia sobre educação, dando visibilidade à pluralidade de pontos de vista e a temas relevantes para a promoção da equidade da concepção da educação como direito humano.

- Promoção de quatro debates “Desafios da Conjuntura” por ano, com participação de gestores públicos, pesquisadores, movimentos e comunicadores.
- Distribuição de boletins sobre conjuntura educacional com edição bimensal (Ebulição) e semanal (Faíscas).
- Promoção de atividades de formação para profissionais da comunicação e estudantes de jornalismo, sobre políticas educacionais, com 100 participantes a cada ano.
- Análise diária da cobertura educacional na mídia impressa;
- Interação cotidiana com comunicadores, a fim de dar subsídios para cobertura mais qualificada.

Meta 6 – Ter fortalecido movimentos sociais e articulações da sociedade civil que promovem direitos educacionais e incidem nas políticas públicas.

- Participação na coordenação da Campanha Nacional pelo Direito à Educação
- Participação na Campanha Latino-Americana e Campanha Mundial de Educação (principalmente por meio da Campanha Nacional)
- Participação da coordenação do Fórum de EJA do estado de São Paulo, apoio a outros fóruns regionais e estaduais e aos Encontros Nacionais de Educação de Jovens e Adultos.
- Participação no Movimento de Alfabetização – Mova Brasil.
- Constituição de Fórum de Educação da cidade de São Paulo.
- Participação em redes de monitoramento (Amigos da Criança, Rebrip, Rede Brasil)
- Articulação de movimento pela educação penitenciária e remissão penal pelo estudo.
- Participação na RAAAB – Rede de Apoio à Ação Alfabetizadora no Brasil.
- Participação no CEAAL – Conselho de Educação de Adultos da América Latina e Caribe.

Espaço de Cultura e Mobilização Social

Essa área programática terá como referência principal o sexto objetivo estratégico estabelecido nesse Plano Trienal:

- Fortalecer a produção artística de grupos originários e atuantes nas periferias urbanas, visando a afirmação de suas identidades, a democratização do acesso a novos circuitos de produção e circulação cultural, o fomento de uma cultura de solidariedade e cidadania.

Essa objetivo expressa a intenção dessa unidade dar maior organicidade a seu programa de ação cultural, firmando uma identidade própria por meio da qual dialoga com as outras áreas programáticas da instituição – Educação e Juventude – e com outras organizações da sociedade civil.

Metas, indicadores e meios de verificação

Para este triênio, estabeleceram-se as seguintes metas, indicadores de resultados e meios de verificação.

1. Ter ampliado em 20% a freqüência ao espaço e qualificado os serviços oferecidos a pessoas, grupos e organizações que promovem direitos humanos, econômicos, sociais, culturais e ambientais, alcançando um público de 34 mil pessoas ao ano em 2009.

| Indicadores | Meios de verificação |
|---|--|
| <ul style="list-style-type: none"> • Quantidade de eventos realizados nas dependências do Espaço (cessão e locação). • Quantidade e qualidade dos equipamentos do Centro de Internet e Centro de Mídia Juvenil • Quantidade de pessoas que utilizam o Centro de Internet e Centro de Mídia Juvenil e biblioteca. • Quantidade e qualidade das produções realizadas no Centro de Mídia Juvenil | <ul style="list-style-type: none"> • Cadastro de usuários • Registro dos bens imobilizados e relatórios do setor de Comunicação e Informação. • Entrevistas avaliativas com usuários. • Produções realizadas no Centro de Mídia Juvenil. |

2. Ter estruturado quatro núcleos culturais graffiti, literatura periférica, hip hop e rodas de samba.

| Indicadores | Meios de verificação |
|---|--|
| <ul style="list-style-type: none"> • Número de artistas cadastrados. • Freqüência e qualidade dos produtos e eventos promovidos. • Repercussão na mídia e outros circuitos culturais | <ul style="list-style-type: none"> • Cadastro de participantes. • Entrevistas avaliativas com participantes e especialistas. • Clipping de mídia. |

3. Ter promovido programação regular de oficinas, cursos e palestras em arte-educação, envolvendo 400 educadores ao ano, aproximadamente 25% a mais que em 2005.

| Indicadores | Meios de verificação |
|---|--|
| <ul style="list-style-type: none"> • Regularidade e qualidade da programação. • Quantidade de participantes nas atividades. | <ul style="list-style-type: none"> • Registro de inscrições. • Questionários e entrevistas avaliativas com participantes. • Opinião de especialistas. |

Estratégia de intervenção

Quando o Centro de Juventude e Educação Continuada foi criado, a idéia era estruturá-lo como setor de prestação de serviços, apoiando projetos da Ação Educativa e abrindo as portas da instituição ao público. A proximidade com a sede da ABONG e do Fórum Social Mundial e o esforço de divulgação do espaço junto a organizações do campo ajudaram a estabelecê-lo como referência para um grande conjunto de organizações e grupos envolvidos com a defesa de direitos. Ao longo dos seus cinco anos e meio de funcionamento, transcendeu suas funções de apoio, realizando atividades próprias de caráter permanente, possibilitando também um acúmulo de relações sobre o qual quatro núcleos de produção cultural formam se constituindo: graffiti, literatura periférica, hip hop e rodas de samba. São manifestações culturais produzidas por grupos comunitários, agentes culturais e coletivos juvenis, todos com uma presença forte de afro-descendentes, envolvidos em práticas sintonizadas com princípios caros à Ação Educativa e outras organizações que utilizam as dependências do centro.

Adotando o nome de Espaço de Cultura e Mobilização Social, esse centro pretende radicalizar a estratégia de combinar essas vertentes, fundamentando aí a sua identidade.

Públicos envolvidos

Educadores, jovens e ativistas de movimentos sociais e organizações da sociedade civil são, tradicionalmente os públicos que utilizam as dependência e equipamentos do Espaço e participam das atividades programadas. Nos últimos dois anos, 48 mil pessoas freqüentaram atividades realizadas no Espaço (22 mil em 2004 e 26 mil em 2005). Aproximadamente metade desse público participou de atividades pela própria Ação Educativa e a outra metade em eventos promovidos por cerca de 150 organizações sociais(sindicatos, ONGs, Movimentos, grupos juvenis, etc). Nesse novo triênio, artistas individuais e grupos populares engajados em produções artísticas de cunho popular – graffiti, hip hop, literatura popular e rodas de samba – terão um envolvimento mais regular, e orgânico, participando também do planejamento, divulgação e avaliação das atividades desenvolvidas. Prevendo que em 2006 se chegue a um público de 28 mil pessoas, projetamos um crescimento de 20% para o próximo triênio, chegando a 34 mil de freqüência anual em 2009 (mais dois mil a cada ano).

Com relação a jovens engajados no Hip Hop tivemos a participação de aproximadamente 15 mil nas últimas 6 edições da Semanas de Cultura Hip Hop, realizadas anualmente no mês de julho. Pretendemos manter esse patamar para o evento, além de alcançar uma freqüência regular de mais mil jovens nas atividades permanentes promovidas pelo núcleo, alcançando portanto um público total de 4 mil jovens por ano. Quanto a literatura periférica, 200 pessoas

participaram dos eventos promovidos no último ano e esperamos ampliar esse número para 400 pessoas em 2007; 500 em 2008 e 600 em 2009. Os eventos de rodas de samba realizados em 2005 e 2006, atraíram para o Espaço cerca de mil pessoas. Pretendemos somente com as atividades que serão realizadas em 2007 alcançar este público, ampliando-o para 1.500 pessoas em 2008 e chegar a 2.000 pessoas em 2009. Já o núcleo de graffiti almeja mobilizar em 2007 cerca de 250 artistas em atividades de formação e intercâmbio e um público de 300 pessoas em mostras e performances; em 2008, a meta é atrair 400 artistas e um público de 600 pessoas; em 2009, o Núcleo de graffiti pretende finalmente chegar a um patamar de 600 artistas envolvidos em suas atividades e um público de mil pessoas freqüentando as exposições e performances.

Linhas de Ação

Meta 1 – Ter ampliado em 20% a freqüência ao espaço e qualificado os serviços oferecidos a pessoas, grupos e organizações que promovem direitos humanos, econômicos, sociais, culturais e ambientais, alcançando um público de 34 mil pessoas ao ano em 2009.

- Centro de Internet atendendo 500 ao mês, mesmo patamar do triênio anterior
- Centro de Mídia Juvenil, atendendo 100 pessoas ao mês no final do triênio
- Locação e cessão de salas e logística para realização de reuniões, cursos e outros eventos (aproximadamente 400 eventos ao ano).

Meta 2 – Ter estruturado quatro núcleos culturais em torno do graffiti, literatura periférica, hip hop e rodas de samba.

1. Mapeamento de grupos e iniciativas relacionadas ao graffiti, literatura periférica, hip hop e rodas de samba e cadastramento de artistas.
 2. Realizar, em parceria com artistas e grupos, um evento de intercâmbio e difusão para cada um dos núcleos: Dia Nacional do Graffiti; Encontro Metropolitano de Literatura Periférica; Semana de Cultura Hip Hop e Dia Nacional do Samba.
- Apoio à produção e divulgação de obras
 - Apoio à organização e disponibilização de acervos de obras.

Meta 3 – Ter promovido programação regular de oficinas, cursos e palestras em arte-educação, envolvendo 400 educadores ao ano, aproximadamente 25% a mais que em 2005.

- Programação bimestral temática articulada aos núcleos culturais e outras artes.

Gestão e Desenvolvimento Institucional

A área de Gestão e Desenvolvimento Institucional (GDI) reúne a Coordenação Geral – composta por um coordenador geral e uma coordenadora de programas –, o Setor de Administração e Finanças (SAF) e o Setor de Comunicação e Informação. Além de apoiar e favorecer a integração e o desenvolvimento dos projetos realizados pela instituição, a Coordenação Geral é responsável por zelar pelos mecanismos de governança – em especial da relação entre o corpo funcional, Diretoria e Assembléia de Sócios. É também responsável pela representação institucional junto a órgãos de governo, agências de cooperação e outras organizações da sociedade civil. Ela conta com a assessoria de um colegiado consultivo, escolhido entre coordenadores de programas, setores ou projetos, que auxilia nas atividades de representação, gestão cotidiana e tomada de decisões estratégicas.

Ao realizar a representação institucional da Ação Educativa especialmente junto a articulações da sociedade civil, a área de Gestão e Desenvolvimento Institucional assume com atenção especial um objetivo que é transversal e compartilhado com as áreas programáticas da instituição:

- Fortalecer e qualificar a participação das ONGs como atores sociais relevantes na construção de uma sociedade justa e democrática, na qual se efetivem na sua integralidade os direitos humanos, sociais, econômicos, culturais e ambientais.

Metas e atividades

Tal objetivo se traduz na seguinte meta programática, para a qual estão previstas as atividades abaixo:

Meta 1 – Ter participado de iniciativas de articulações de ONGs na defesa dos Direitos Humanos, Sociais, Econômicos, Culturais e Ambientais e no combate às desigualdades.

- Participar da ABONG – Associação Brasileira de Organizações Não-governamentais.
- Participação na ABCD – Associação Brasileira contra a Desigualdade.¹⁵
- Participação no Fórum Nacional de Participação Popular.¹⁶
- Participação no Conselho Editorial do Programa Imprensa Social – da Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, que edita livros produzidos por ONGs e movimentos sociais.
- Promoção de seminários, debates, mostras, cursos e oficinas sobre temas emergentes na conjuntura política e/ou relevantes para as organizações não governamentais.

¹⁵ Objetivos ABCD - Ação Brasileira contra a Desigualdade é um grupo de cidadãos que reuniu-se para propor que o combate a desigualdade torne-se o principal objetivo das políticas e ações do governo. Ver <http://www.abcdja.org.br/default.htm>.

¹⁶ Ação Educativa vem acompanhando o Fórum de Participação Popular, principalmente por meio de sua representação no Regional Sudeste da Abong. Avalia que após a crise política desencadeada pelas denúncias de corrupção envolvendo parlamentares e membros do atual governo, esta foi a principal resposta da sociedade à impunidade e à corrupção, colocando possibilidades para fortalecer a democracia e uma nova cultura política no país. Atualmente, as coordenações de equipe se organizam para viabilizar uma participação mais efetiva da Ação Educativa nesse Fórum.

Além dessa, o GDI também estabelece algumas metas de gestão, elencadas abaixo com as atividades correspondentes.

Meta 2 – Ter promovido a gestão compartilhada, eficaz e eficiente da Ação Educativa

- Reunião ordinária da Assembléia Geral.
- Duas reuniões anuais com diretoria e mantê-la atualizada sobre rumos estratégicos da instituição.
- Reuniões do colegiado de coordenação e colegiado ampliado com periodicidade semanal.
- Realizar reuniões gerais de planejamento e avaliação.
- Elaboração de documentos de planejamento e relatórios, contratação eventual de avaliadores externos.

Meta 3 – Ter ampliado e aperfeiçoado a comunicação interna, com sócios, parceiros preferenciais e público em geral.

- Manutenção e atualização de site institucional.
- Edição mensal de boletim institucional.
- Coordenação dos demais boletins e produtos de comunicação das áreas.
- Manutenção e desenvolvimento de banco de imagens.
- Realização de campanhas de associação e relacionamento com sócios.
- Manutenção de cadastros e mailings
- Manutenção de intranet e outros mecanismos de comunicação interna.
- Manutenção e atualização de equipamentos de informática
- Desenvolvimento de programas informáticos
- Suporte técnico em informática para equipes e projetos

Meta 4 – Ter garantido a sustentabilidade, a gestão responsável e transparente dos recursos da instituição.

- Diversificação de fontes de financiamento e meios de mobilização de recursos.
- Prospecção e relacionamento com sócios mantenedores pessoa física e empresas, chegando a quadro com mil pessoas físicas e 200 empresas (atualmente são 350 e 40).
- Gestão estratégica dos processos que assegurem transparência no controle orçamentário dos programas e projetos em execução.
- Manutenção de controles financeiros e contábeis.
- Elaboração de orçamentos e relatórios financeiros de projetos.
- Manutenção da regularidade dos registros legais e obrigações fiscais.
- Pleito para obtenção de certificados de utilidade pública federal e de entidade beneficente.¹⁷
- Garantia de direitos trabalhistas dos funcionários.
- Zelo e manutenção de bens imóveis e móveis.

¹⁷ A opção por buscar este reconhecimento do Estado sobre o significado público do trabalho da Ação Educativa está ancorada em uma estratégia comum de várias organizações que atuam na garantia dos direitos. Uma luta recente de um conjunto de instituições, entre elas a Abong, reforça a idéia de que defesa de direitos deve ser reconhecida pelo Estado. Em novembro de 2005, conseguiram a regulamentação do artigo 3º da LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social, que definiu quais as entidades são de assistência social, ficou definido que organizações que assessoram e atuam na defesa e garantia dos direitos também são de assistência social. A regulamentação ficou então: "Consideram-se entidades e organizações de assistência social aquelas que prestam, sem fins lucrativos, atendimento e assessoramento aos beneficiários abrangidos por esta Lei, bem como as que atuam na defesa e garantia de seus direitos".

Sustentabilidade

Análise de risco

Ação Educativa estabelece esse novo Plano Trienal confiando nas possibilidades da atual conjuntura política e econômica do país no que se refere a ampliação de canais de participação da sociedade civil nas políticas públicas, na disponibilidade de recursos financeiros e técnicos para ampliar a garantia de direitos educativos e de juventude junto a setores desfavorecidos da população. Acredita também que, mesmo estando as desigualdades de gênero, raça e renda em nível elevados e absolutamente inaceitáveis, as pequenas melhoras verificadas nos últimos anos servem como sinal de que conquistas mais efetivas são possíveis nessa área.

A onda de escândalos que envolveu a gestão federal recentemente, onde ficou evidente que um partido tradicionalmente identificado com os movimentos sociais e com a ética na política também pôde se envolver em mecanismos escusos de transferências de recursos entre pessoas e empresas privadas e os poderes públicos. A crise política vivida nesse período deixou mais do que nunca evidente os riscos contidos na fragilidade do quadro institucional que regula a transferência de recursos públicos para as Organizações Não Governamentais.

Essa é uma luta que a ABONG vem travando a vários anos, mas na qual há passos importantes a serem dados. A Ação Educativa, por sua parte, deverá esforçar-se por garantir a transparência de convênios e contratos firmados com poderes públicos em qualquer instância. Além disso, deverá manter a estratégia de diversificar as fontes de recursos, garantindo independência e estabilidade quando projetos que envolvem montantes significativos de recursos se encerrem.

Estratégias de mobilização de recursos

Para o triênio 2007-2009 a Ação Educativa provavelmente contará com uma única e importante agência de cooperação no apoio institucional, abrangendo todos os projetos: a alemã EED. A Ajuda da Igreja da Noruega (NCA), que antes prestava também apoio institucional, passou a apoiar um projeto que conta com apoio da Operação Dia do Trabalho, dos Estudantes Secundaristas da Noruega. Como se trata de um projeto de cinco anos que inclui atividades estruturantes da área da Juventude, a NCA continua entre os parceiros estratégicos da Ação Educativa.

Ao lado dessas, continuam apoiando projetos na linha de uma parceria estratégica, a Fundação Ford, a Oxfam, a Action Aid e outras agências internacionais. No apoio a projetos, esperamos também contar com outras agências e institutos empresariais, nacionais e internacionais.

A prestação de serviços, especialmente na área de formação de educadores e recursos de direitos autorais sobre publicações também deverão continuar sendo fontes de recursos importantes.

No período, a Ação Educativa deverá também explorar linhas de financiamento nacionais na área da cultura, para qual existem mecanismos legais de incentivo ao patrocínio de empresas mediante renúncia fiscal.

Finalmente, a Ação Educativa, deverá manter a política de prospecção e relacionamento com sócios mantenedores entre pessoas físicas e pequenas e médias empresas. Com base na experiência realizada aqui, projetamos arrecadação ainda modesta por essa fonte, entretanto, consideramos essencial mantê-la como estratégia de longo prazo que, além da sustentabilidade financeira, pode representar bastante em termos de sustentabilidade política para a instituição.

Mecanismos de Planejamento, Monitoramento e Avaliação

Ação Educativa mantém há vários anos um ciclo anual de planejamento e avaliação de atividades. Tomando seus Planos Trienais como referência principal, as equipes, coletivamente, detalham planos de atividade para cada ano e, no final desse período, e feita avaliação e elaboração de relatório com relato de atividades, produtos e balanço de resultados. No colegiado de coordenação ou em reuniões de coordenação geral com equipes de programas e projetos, é feito um monitoramento mais cotidiano das orientações e resultados das atividades, assim como estudo de novas possibilidades. A diretoria também cumpre papel importante no monitoramento do desenvolvimento do plano, enfocando eventuais mudanças na conjuntura, novas oportunidades e riscos tendo em vista os objetivos geral e específicos.



No início do último ano desse trienal, a Ação Educativa deverá fazer uma avaliação institucional mais extensiva, procurando avaliar o impacto social de suas ações com ajuda de especialistas externos. Com base nessa avaliação é que se começará um novo ciclo trienal de planejamento e monitoramento continuado das ações.

Recursos Humanos e Materiais

A Ação Educativa conta atualmente com 39 funcionários registrados, 20 prestadores de serviços ligados a projetos, 09 estagiários e uma voluntária. A composição desse corpo funcional é o seguinte:

- sete assessores sênior, sendo dois com nível de doutorado, dois com nível de mestrado e três nível superior completo, com larga experiência de coordenação de programas de intervenção e na pesquisa, que assumem responsabilidades amplas na gestão e representação institucional. A1
- seis assessores plenos, cinco com nível de mestrado e um nível superior, que também assumem coordenação de projetos; A2
- três jornalistas, com experiência na área de comunicação em organizações sociais;
- sete assessores de programas, sendo quatro com nível superior e um cursando; A3
- vinte formadores que prestam regularmente serviços relacionados a projetos, todos com formação de nível superior
- um coordenador administrativo, com nível superior e larga experiência na administração de organizações sociais;
- um coordenador do Centro de Juventude e Educação Continuada e um assistente, ambos com nível superior;
- uma coordenadora do Setor de Comunicação;
- um supervisor de informática;
- quatro funcionários administrativos, duas com nível de formação superior e uma com nível médio e uma graduanda.
- duas secretárias, uma com nível superior e uma com nível médio,
- seis funcionários de apoio (recepção, zeladoria e limpeza) três com nível médio e dois com nível fundamental, um com nível superior;
- nove estagiários, três na área de ciências sociais, um na de ciências contábeis, um no Direito, um na de ciência da computação, uma na de jornalismo, uma na de Educação/História, um na de designer gráfico.

Os cargos de chefia (coordenação geral e coordenação de programas e setores) são ocupados atualmente por cinco homens e cinco mulheres. As mulheres têm grande participação em toda a hierarquia de funções. Já as pessoas da raça negra são minoritárias nos cargos de chefia, mas participam em funções técnicas especializadas: dois exercem função de coordenação de projeto, uma de assessora de projeto, duas de jornalista, uma assistente administrativa financeiro.

Em termos de recursos materiais, a instituição conta com:

- um escritório com seis salas mobiliadas e equipadas com central telefônica e rede de computadores com servidor próprio e cinquenta e oito terminais e acesso à Internet via linha dedicada;
- um Espaço de Cultura e Mobilização Social, que dispõe de um auditório para 90 pessoas, cinco salas para cursos e reuniões, biblioteca e espaço de convivência.